



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As relações raciais nas obras de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni e a dimensão moral do racismo no sul do Brasil

Marcos Abraão Fernandes Ribeiro¹
Doutorando em sociologia política pela
Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro-Uenf
E-mail: omarcos@yahoo.com.br

Introdução

A temática das relações raciais foi o tema central da Cadeira de Sociologia I da USP durante os anos 1950. A entrada dos uspianos nos estudos sobre as relações raciais é creditada ao Projeto Unesco sobre as relações raciais no Brasil. O Projeto Unesco, todavia, apenas abreviou a entrada destes intelectuais nesta temática. Isto porque a proposição de um estudo sobre as relações raciais em São Paulo havia sido feita por Paulo Duarte, editor da Revista Anhembi, a Florestan Fernandes e Roger Bastide (Cardoso, 2008).

Todavia, foi com o Projeto Unesco que a temática das relações raciais tornou-se a pesquisa mais importante da Cadeira de Sociologia I, tendo influência no processo de institucionalização das Ciências Sociais (Chor Maio, 1999). Estas pesquisas foram feitas por Roger Bastide e Florestan Fernandes que dialogavam diretamente com a obra de Gilberto Freyre com o objetivo de demonstrar que a classe não era o único critério classificatório (Cardoso, idem: 12-13). A partir da utilização do método funcionalista os autores procuravam demonstrar como os valores sociais se modificavam a medida que também mudavam as estruturas sociais. Desta forma, podiam demonstrar como havia uma conexão entre o preconceito de classe e o de raça (Cardoso, idem: 15).

As pesquisas feitas por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni serão um desdobramento das pesquisas de Florestan e Bastide feitas em São Paulo para o Projeto Unesco. Junto com Renato Jardim Moreira, Cardoso e Ianni estudaram o sul do Brasil

¹ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-Uenf. E-mail: olamarcos@yahoo.com.br



que possuía como pressuposto a idéia de que constituiu sociedades que não possuíam preconceito. Para tanto, os autores estudaram conjuntamente Florianópolis, em 1955, resultando nas suas dissertações de mestrado e no livro *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, publicado em 1960 (Rodrigues, 2009). Esta pesquisa sobre Florianópolis teve como fundamento teórico-metodológico o funcionalismo², que àquela altura era utilizado por Florestan Fernandes como o elemento principal a nortear suas pesquisas. Esta utilização, todavia, é modificada nas pesquisas seguintes dos autores sobre o Rio Grande do Sul e o Paraná. Cardoso foi estudar Porto Alegre e Pelotas, enquanto Ianni fora estudar Curitiba. Estas pesquisas representarão uma ruptura teórico-metodológica com o funcionalismo de Florestan Fernandes. Isto porque em 1958 Cardoso, Ianni e outros intelectuais uspianos como José Artur Gianotti criaram o Seminário de Marx, no qual procuravam fazer uma análise rigorosa de *O Capital* com o intuito de se contrapor ao marxismo difundido pelo PCB. Este era considerado como marxismo vulgar pelos integrantes do seminário. Ao contrário do PCB, a relação construída pelos intelectuais uspianos como a obra de Marx era puramente acadêmica.

Com a entrada no seminário, o materialismo dialético passou a nortear as pesquisas dos autores. No caso de Ianni, esta mudança teórico-metodológica não representou modificação no foco da pesquisa que era compreender as manifestações do racismo na sociedade curitibana. Para Cardoso, todavia, a ruptura teórico-metodológica com Florestan representou uma importante mudança de foco em sua pesquisa. A entrada no seminário fez com que a temática das relações raciais perdesse o patamar de centralidade e fosse obscurecida pela análise das contradições entre capitalismo e escravidão. Esta mudança contribuiu de forma decisiva para que a temática das relações raciais fosse completamente obscurecida pelas análises da obra de Cardoso. Além disso, a dependência passou a figurar como uma “variável independente” no pensamento do autor, fazendo com que a busca de possíveis coerências e/ou incoerências em sua produção fossem buscadas na questão da dependência.

Meu intuito neste texto, todavia, é evidenciar esta parte esquecida da obra de Cardoso. Neste sentido, inverterei a leitura que é feita de Capitalismo e Escravidão na

²Mesmo tendo o funcionalismo como fio condutor de sua pesquisa sobre Florianópolis, Bastos (1996) ressalta que não houve uma divisão estática no que se refere a utilização do funcionalismo durante sua pesquisa sobre Florianópolis, como pode ser visto quando o autor analisa a questão da ideologia que está no sentido das relações raciais como colocadas classicamente pelo marxismo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

medida em que colocarei as relações raciais como o elemento mais importante desta obra de Cardoso. Desta forma, posso uni-lo a Octávio Ianni de maneira a dialogar com a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. Desta forma, poderei evidenciar o potencial crítico existente em suas obras para uma compreensão abrangente do racismo e dos dilemas da democracia brasileira.

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth

Para Axel Honneth os conflitos sociais modernos se estruturam como lutas por reconhecimento, que por sua vez se estrutura em três dimensões: amor, direito e estima social. Sobre o amor, Honneth afirma que este funciona como o núcleo fundamental de toda moralidade. Com isso, o amor é o elemento responsável pela constituição do auto-respeito, bem como pela autonomia considerada base da autonomia necessária para participação na vida pública. Esta forma de reconhecimento é constituída desde a tenra infância com o processo de socialização. Sobre a instância do direito, os sujeitos precisam estar em condições de exercer sua autonomia como forma de decidir sobre questões de âmbito moral. Essas pessoas, todavia, apenas podem se constituir como pessoas de direito quando é instituída uma proteção de âmbito jurídico, que assegura as chances de participação na formação pública da vontade. Através do direito são constituídas as condições para que os sujeitos desenvolvam o auto-respeito.

Além destes fatores existe na sociedade um padrão valorativo e intersubjetivo que funciona como um sistema de referência para a avaliação moral das propriedades pessoais dos seres humanos, cuja totalidade constitui a autoconcepção cultural de uma sociedade. Isto faz com que a esfera do reconhecimento esteja vinculada de uma forma bastante imbricada à vida em comunidade, fazendo com que o desempenho dos integrantes da comunidade somente possa ser avaliado de forma intersubjetiva.

Nesse sentido, a teoria de Honneth advoga que a condição para que os sujeitos desenvolvam um auto-relacionamento positivo e saudável é necessário que eles possuam a chance simétrica de desenvolver a sua concepção de boa vida sem serem vítimas das patologias que são oriundas das situações de desrespeito. Isto ocorre devido ao processo intersubjetivo de socialização. Este processo de socialização aliado ao reconhecimento jurídico e à estima social faz com que nos vejamos como cidadãos



seguros de nós mesmos, uma vez que desenvolvemos o auto-respeito. Isto porque a aquisição cumulativa de autoconfiança, autorespeito e autoestima, “uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito com um ser autônomo e individuado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos”(Honneth,2009:268). Ou seja, as três instâncias do reconhecimento fazem com que haja a constituição de dispositivos de proteção intersubjetiva responsáveis por assegurar a liberdade interna e externa, fundamentais para a realização das metas individuais de vida. Se o não reconhecimento jurídico refere-se à privação de direitos, o não reconhecimento da solidariedade representa o desrespeito da degradação moral e da injúria. A não existência do reconhecimento acarreta, como vimos acima, a impossibilidade de uma atuação sadia na sociedade. A partir da teoria de Axel Honneth em diálogo com os estudos de Cardoso e Ianni acreditamos poder evidenciar o potencial crítico dessas obras para compreensão do racismo e dilemas referentes à democracia brasileira.

As relações raciais nas obras de Cardoso e Ianni

Com vimos no início deste texto, as relações raciais foram o principal programa de pesquisa desempenhado pela Cadeira de Sociologia I da USP durante os anos 1950. De maneira esquemática, iniciaremos nossa análise pelas pesquisas de Cardoso³ e Ianni sobre Florianópolis e logo após analisaremos as pesquisas sobre o Rio Grande do Sul e Curitiba.

Para analisar as relações raciais em Florianópolis, local que teve pouca utilização de mão de obra escrava, Cardoso parte da análise do desenvolvimento econômico da Região desde o período colonial. Este ficava dependente da economia colonial. A partir dos interesses de expansão econômica e político-militar foi feita a ocupação do sul do país por portugueses e paulistas. Essa ocupação não teve como característica a utilização intensiva da mão de obra escrava como era feito, por exemplo,

³ Além de fazermos uma leitura alternativa da tese sobre o Rio Grande do Sul escravocrata, também utilizaremos os resultados publicados por Cardoso sobre as relações raciais na sociedade de classe em Porto Alegre nos anos 1950 que iriam ser parte da tese de doutorado, mas acabaram sendo obscurecidas pela virada feita por Cardoso para analisar as contradições entre capitalismo e escravidão com a fundação do Seminário de Marx. Acreditamos que a partir dela podemos conectar de maneira integrada as dimensões raça/classe para pensar o racismo.



no nordeste do país com a economia canavieira. A utilização da mão de obra escrava foi muito reduzida.

Para analisar as relações raciais, Cardoso fez em sua análise uma relação entre o desenvolvimento econômico e a penetração dos negros, pois a medida que a atividade econômica se mostrava mais intensa a presença do negro aumentava. O momento mais significativo da estrutura econômica da Ilha de Santa Catarina e de Desterro no sentido de possibilitar a inserção dos escravos foi durante o século XIX. Houve uma utilização de escravos negros nos vários setores que compunham a atividade econômica da região. Cardoso afirma, porém, que a mão de obra escrava não suplantou a mão de obra assalariada ou independente durante este período. Essa maior utilização da mão de obra escrava fazia com que o suposto caráter de singularidade da realidade da Ilha de Santa Catarina e de Desterro em relação ao restante do país, devido a pouca utilização dos escravos, pudesse ser refutado. Cardoso afirma que a relação entre senhor-escravo ocorrida na Região de Santa Catarina contava com critérios avaliativos que eram os mesmos das regiões onde a utilização do negro foi bastante intensa.

O regime escravocrata começou a ser desagregado a partir de 1872 em Desterro com fortes apelos humanitários. Todavia, não houve uma ação em termos da construção de condições efetivas para a inserção do negro como um cidadão pleno na sociedade de classes nascente em Santa Catarina. O processo de não-reconhecimento social do escravo gerou conseqüências deletérias para o liberto. Isto ocorria porque o “(...) liberto não apagava da memória coletiva a nódoa da antiga condição que deveria pesar ainda sobre seus descendentes”(Cardoso,2000:172).

O peso do elemento moral no processo de avaliação do ex-escravo era demonstrado na rejeição social exercida pelo branco contra os negros e os mestiços de forma a impedir a participação destes em seus círculos sociais. Ou seja, havia uma falta “estima social” conforme apontado por Axel Honneth. Cardoso (idem) afirma que nas outras regiões do país os processos de urbanização e industrialização aceleraram a ação de desagregação da antiga ordem senhorial, de caráter estamental, abrindo possibilidades efetivas de ascensão para os negros. No caso de Florianópolis, a nódoa da escravidão ainda se mantinha efetiva naquela sociedade em plena década de 1950, ou seja, 62 anos após o fim do regime escravocrata.



A análise feita por Cardoso demonstrou que “(...) há similitude entre os padrões de contato inter-racial e as formas de comportamento social vigentes em Santa Catarina e aquelas que operavam em São Paulo, descritos por Roger Bastide e Florestan Fernandes”(Cardoso,2000:194). Em virtude disso, Cardoso (idem) advoga sobre a existência de padrões gerais de contato inter-raciais em pelo menos boa parte do Brasil, o que consideramos uma tese certa.

Em consonância com Cardoso, Octávio Ianni (2004) aponta que os negros e mulatos vão se localizar, em sua maioria, nas favelas sofrendo um intenso processo de exclusão social. Nesse sentido, a exclusão podia ser visualizada a medida que as diferenças no âmbito cultural e social iam aumentando. À medida que as diferenças de classe iam aumentando havia um número cada vez menor de negros. Desta forma, o preconceito constituía-se nos âmbitos da classe e da cor. Esta segregação não se dava de forma explícita, mas implícita através do processo de socialização e da reprodução de estereótipos sobre os negros. Os estereótipos tinham como objetivo supervalorizar os brancos e deixar negros e mulatos no patamar mais baixo da escala de valores sociais (Ianni, idem). Ou seja, a hierarquia valorativa e intersubjetiva produzida e compartilhada pelos brancos gerava um não reconhecimento que deixava como nódoa patologias sociais como o desrespeito descrito por Honneth. Nesse sentido, Ianni (idem) afirma: “que o branco, quando encara certos valores sócio-culturais que a sociedade local atribui habitualmente aos indivíduos, não reconhece os ‘indivíduos de cor’ com as mesmas possibilidades”(p.88). Ianni atribui estas representações negativas sobre o negro como fruto da ideologia do branco que coloca o negro em posição desfavorável na estrutura social e o subordina intelectualmente. Estes indivíduos representados como submissos e humildes, fazendo com que no lugar de vítimas fossem vistos como culpados pela condição de inferioridade (Ianni, idem). Desta forma, o racismo tornou-se dissimulado (Ianni, idem). Esta relação posta acima fazia com que o “branqueamento social” fosse o ideal pensado pela ideologia de negros e mulatos. Quando este ideal era alcançado havia a reprodução das representações feitas pelos brancos pelos negros e mulatos de classe média. Ou seja, apesar de existirem barreiras universais para ascensão de negros e mulatos em Florianópolis, o pertencimento as classes mais abastadas fazia com que o preconceito fosse maior.



Além da classe, a dimensão estética mostra-se outro elemento fundamental para a compreensão ampla do racismo estudado por Ianni e Cardoso em Florianópolis. Esta importância pode ser visualizada para auto-representação negativa da cor feita por negros e mulatos, o que representava uma incorporação do preconceito “estético” instituído pelos brancos.

Com as pesquisas vistas acima, Cardoso e Ianni desmistificaram a pretensa excepcionalidade da formação social de Florianópolis e também demonstraram o peso e a complexidade do racismo e nos trouxeram subsídios para compreendermos de forma abrangente os dilemas referentes à constituição de uma sociedade democrática, sobretudo no que se refere à relação de (in) solidariedade entre as classes.

As relações raciais no Rio Grande do Sul

Após fazer a pesquisa sobre as relações raciais em Santa Catarina Cardoso foi estudar a realidade do Rio Grande do Sul cumprindo o objetivo da pesquisa capitaneada por Florestan Fernandes e Bastide que era compreender de maneira precisa as relações raciais existentes no Brasil Meridional. Cardoso possuía o objetivo de refutar a tese defendida pela historiografia riograndense de que o Rio Grande do Sul teve uma formação social democrática. Ao contrário da tese da democracia riograndense, Cardoso afirma que a sociedade gaúcha se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, com a constituição de posições assimétricas na estrutura social.

A sociedade rural gaúcha se caracterizava pelo seu caráter latifundiário e escravista estruturada pelos criadores de gado e charqueadores (Cardoso, *idem*). Como podemos observar, a organização econômica e social do Rio Grande do Sul se diferenciava bastante da organização de Santa Catarina analisada por Cardoso e Ianni, a qual não teve nem caráter latifundiário nem tão pouco utilizou muitos escravos. Os escravos foram aproveitados também nos serviços domésticos e nos artesanatos. Cardoso (*idem*) ressalta a importância do negro no sistema artesanal urbano na medida em que esta profissão revestiu-se de grande significação para integração do negro à sociedade de classes.



Havia a vigência de um elemento moral que era responsável pelo não-reconhecimento dos escravos como humanos, o qual será responsável pela desestruturação psicossocial destes na sociedade de classes que sucederá a escravidão no Rio Grande do Sul. A organização social instituída no Rio Grande do Sul fazia com que os escravos não fossem tratados e também não se auto-representassem como humanos, mas como simples objetos utilizados como força muscular na estrutura econômica. A escravidão possuía um caráter amplo e totalizador na sociedade gaúcha, na medida em que ela impunha uma série de avaliações morais sobre o papel do empreendedor, o trabalho, os homens livres, a sociedade e sobre o destino humano (Cardoso, *idem*).

Houve um processo de coisificação do escravo. Este ocorria porque havia a construção pelo escravo de uma autoconcepção moral que negava a própria vontade de libertação bem como sua auto-representação como homem (Cardoso, 2003:175). As crianças brancas desde cedo eram socializadas no sentido de não reconhecerem os escravos negros como seres humanos. Esta ação brutal em relação ao negro ocorria, sobretudo, no âmbito das charqueadas, nas quais eles tinham um processo de “socialização parcial” responsável apenas pela assimilação de técnicas, normas e valores que apenas davam condições de executarem o rude trabalho muscular das fazendas e do charque (Cardoso, 2003:179). A partir deste ponto podemos ver como ficava obstaculizado para esses escravos ao se tornarem apenas negros na sociedade de classes a constituição de uma identidade sadia devido à falta de autoconfiança, autorrespeito e autoestima como descritos por Honneth.

É importante ressaltar que o tratamento brutal reservado aos escravos dava-se de forma predominante no âmbito rural das charqueadas e fazendas. Nas cidades havia um caráter mais “benévolo” nas relações entre brancos e negros. Isto ocorria, por exemplo, em relação ao escravo-artesão. Este possuía mais habilidade que possibilitava a ele condições de ordem material e moral diferenciadas em relação ao escravo radicado no campo (Cardoso, 2003:182).

Existiam três tipos de escravos na sociedade gaúcha. O escravo das fazendas e charqueadas, o escravo doméstico e o escravo-artesão. Destes, apenas o escravo-artesão conseguiu completar o seu processo de socialização a ponto de conseguir se auto-reconhecer e ser reconhecido como ser humano. Desta forma, ele pôde lutar pela



inserção na nova sociedade de classes. A partir dessa diferenciação entre os escravos na sociedade gaúcha, temos condições de observar como o racismo instituído na sociedade de classes será dividido entre as dimensões da classe e da raça.

O malogro do regime escravocrata no sul deu-se em virtude de dois fatores cruciais: a abolição da escravatura e a imigração. Em virtude disso, o abolicionismo no Rio Grande do Sul funcionou como um processo de “falsa consciência”, na medida em que suas ações foram feitas de acordo com os interesses da economia escravocrata que estava sendo derruída (Cardoso, *idem*). Além disso, o abolicionismo não modificou a representação social engendrada pelos senhores e homens brancos livres sobre os escravos. Cardoso afirma que houve uma internalização destas representações pelos negros, ou seja, incorporaram a ideologia da “sociedade sem preconceitos”. Ou seja, os negros passaram de vítimas a culpados pelo próprio fracasso na nova ordem.

Cardoso afirma que as várias entrevistas feitas por ele com negros portualegrenses demonstrava como eles tinham como ideal a obtenção de melhores posições na sociedade. Todavia, a história de vida de cada um deles possuía elementos dramáticos oriundos da “cor da pele” e da condição sócio-econômica. Isto demonstrava como a sociedade capitalista em formação possuía elementos da sociedade estamental na avaliação dos negros que deixavam, muitas vezes, a possibilidade de ascensão como ideal para a próxima geração.

Como a ascensão era um ideal fundamental, a obtenção de títulos como de bacharel, normalista ou posição de destaque era comemorada pelos clubes de negros. Esta ascensão, todavia, não representara a defesa do grupo negro pelo indivíduo que conseguiu ascender, pois este jovem doutor “possivelmente deixará dentro de pouco tempo de freqüentar o clube que o homenageou, visto que, doravante, formalmente, agirá como pertencente a outra camada social”(Cardoso, 1960:585). Dentro da sociedade portualegrense havia a difusão da idéia de que os negros apenas eram aptos para os trabalhos de tipo braçal, ou seja, para atividades social e moralmente desqualificadas. Tal relação pode ser visualizada nas avaliações morais feitas pelos brancos:

Ei-la: geralmente não trabalha, mas esbanja; lerdos, não gostam de trabalhar; pouco agradáveis; preguiçosos; relachados; brutos; sem vontade; lentos; só trabalham para comer; brincam; meio relapsos; dedicam-se mais ao carnaval; péssimos; incomodam; só como



subordinados; negligentes; não gosto; geralmente trabalha no pesado; pouco animados; pouca iniciativa; humildes; um pouco apáticos; como serventes são bons; passáveis; irresponsáveis; preguiçosos e arrogantes; perdem do branco; bom para trabalho braçal; não têm muita afinidade ou atração pelo trabalho; procuram profissões humildes; só trabalharam de fato até 1888; pouca resistência, perseverança e tenacidade; pouca vontade; irregulares; [...](Cardoso, 1960:591)

Como podemos observar, havia uma série de avaliações morais sobre os negros quando era pensada sua participação no mercado de trabalho. Tais avaliações, todavia, eram constituídas a medida que havia diferenciação econômica entre os grupos. Estes fatores demonstraram como os negros sofreram resistências importantes dos estratos médios e superiores para a sua ascensão. A complexidade do racismo em Porto Alegre por conta da polarização raça/classe podia ser visualizada nas representações feita pelos brancos das classes superiores que os viam como preguiçosos e incapazes de desenvolver as capacidades que são pressuposto para a ação na sociedade capitalista: “perseverança, ambição, espírito de iniciativa e organização, senso de responsabilidade, capacidade de poupança, e todas quantas, conforme se pode ver na lista de estereótipos acima referida”(Cardoso, 1960:594).

Como vimos acima, a pesquisa de Cardoso refutou a tese da democracia rio-grandense ao apontar o caráter autocrático de sua estrutura social. Ainda apontou como o elemento moral possuiu um patamar fundamental para a avaliação negativa dos negros e de sua conseqüente exclusão a partir da conexão da instância da raça e da classe. Ou seja, proporcionou uma nova visão sobre as relações raciais e subsídios para a análise das relações de classe naquele estado como elementos fundamentais para a compreensão dos seus dilemas democráticos.

O negro, o polonês e o racismo em Curitiba

Após apontar o racismo existente em Santa Catarina junto com Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni analisou o fenômeno em Curitiba. Esta pesquisa representou, como vimos, uma ruptura teórico-metodológica com o funcionalismo de Florestan Fernandes, assim como havia feito Cardoso em sua pesquisa sobre o Rio



Grande do Sul. De acordo com Ianni (1962) a utilização do método dialético possibilitou a compreensão histórico-estrutural e o conhecimento da totalidade da estrutura econômico-social da sociedade curitibana.

Assim como ocorrera em Santa Catarina, Curitiba também teve pouca presença da mão de obra escrava, mas com grande elaboração do regime escravocrata. De forma parelha a Florianópolis, a economia curitibana era subsidiária da economia colonial, o que representou uma importância inicial da economia de subsistência e a pobreza dos senhores de terra. Além da economia de subsistência, houve o desenvolvimento de três importantes ciclos de atividade produtiva: a mineração no século XVII; a pecuária no século XVIII; e no século XIX a agricultura e extração de erva mate. A partir do desenvolvimento de cada uma das atividades citadas houve o incremento da mão de obra escrava. Ou seja, a utilização da mão de obra escrava foi determinada economicamente.

A sociedade curitibana era estruturada por elementos sócio-culturais de uma estrutura de castas (Ianni, idem). Esta estrutura reproduzia o arbítrio, a exploração e a alienação total dos escravos submetidos a ela. A alienação dos escravos ocorria devido à socialização restritiva a que estes estavam submetidos, ponto também apontado por Cardoso no caso do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o escravo era visto como mera peça do modo de produção escravocrata. A partir do protagonismo de mudanças externas e internas, como a mecanização do engenho, houve a destruição do trabalho escravo. Ou seja, no nível das relações de produção o colono e renovação tecnológica destruíram o escravo (Ianni, idem). Esta metamorfose não representou uma integração dos ex-escravos, mas sim a resignificação da exclusão. Isto porque os ex-escravos continuaram a ocupar uma posição à parte na sociedade curitibana.

Através da abolição houve um processo sócio-cultural de revalorização do branco trabalhador, de reavaliação ideológica do negro, a seleção de cor como atributo social (Ianni, idem). Houve a metamorfose do escravo em negro. Sobre essa nova organização do sistema de produção Ianni (idem) advoga: “negro e mulato serão os trabalhadores braçais no sistema societário hierarquizado em camadas superpostas, onde haverá trabalhadores e proprietários dos meios de produção”(p.256).

Houve todo um processo no sentido do “branqueamento social”, que levava aos negros tentarem ascender socialmente e aos brancos manterem a distância em relação e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

estes e aos mulatos que estavam nas posições mais baixas da estrutura social. Em virtude disso, havia uma seleção de cor vista como “um produto social necessário das condições de ajustamento inter-racial geradas no seio da ordem escravocrata e preservadas após”(p.263) Esta seleção de cor gerou como consequência uma hierarquização econômico-social das pessoas na nascente sociedade de classes. Assim como ocorrera no Rio Grande do Sul e também em Curitiba, os negros foram representados como culpados pelas deletérias condições de vida. Com isso, “a memória coletiva reterá a conexão deformada entre um e outro, o que se tornará um estigma nas décadas seguintes”(Ianni,1962:265). Desta forma, havia a constituição do mito da democracia racial e do preconceito de classe e raça. Ou seja, assim como aconteceu em Santa Catarina, a pouca utilização de escravos não representou relações raciais positivamente estabelecidas.

Além de estudar as relações entre negros e brancos em Curitiba, Ianni também analisou as representações que eram produzidas sobre os poloneses. Se estes não possuíam contra si a nódoa da “cor da pele” sofriam, por sua vez, toda sorte de estereótipos construídos sobre eles. Ianni(idem) argumenta que as representações negativas se tornaram um produto social dinâmico, criando a categoria polaco que se constituía enquanto uma entidade negativa. O polaco funciona dentro da ideologia racial vigente em Curitiba como um conceito a demonstrar como este era um sujeito indefinido, pois não era reconhecido como polonês nem brasileiro. Um dos estereótipos que pesavam sobre o polaco era o referente a uma suposta dificuldade congênita de este aprender a língua portuguesa. Ao contrário deste estereótipo, Ianni afirma que os poloneses e seus descendentes tinham uma assimilação da língua mais rápida do que os imigrantes japoneses, russos e alemães.

Os estereótipos construídos fizeram com que o polonês fosse representado em Curitiba como o negro daquela sociedade, sofrendo grande rejeição. Havia uma sistemática rejeição do polonês e a sua associação ao negro: “Em resumo, no seio da ideologia racial dominante na cidade, o negro e o polonês surgem com os mesmos atributos negativos, no que tange a certas formas de comportamento social”(Ianni,1962,p.186). Como explicar o processo de exclusão do polonês já que este compartilha a mesma “cor da pele” com outros imigrantes italianos, alemães e ucranianos e seus respectivos descendentes? Partindo da teoria do reconhecimento de



Axel Honneth, acreditamos que o não compartilhamento da hierarquia valorativa que estruturava a sociedade curitibana, ou seja, sua gramática moral, resultou no comportamento racista contra os poloneses e seus descendentes. Sobre este ponto Ianni advoga: “Esta posição é, de um lado, aquela menos valorizada socialmente, no sentido de que se encontra distante dos padrões ideais da comunidade, e, de outro, compartilhada até certo ponto pelo negro”(p.187). Dentro deste quadro de profunda complexidade, a discriminação dava-se de forma múltipla e diferencial (Ianni, idem).

As pesquisas de Octávio Ianni sobre Curitiba são de fundamental importância para o argumento desenvolvido neste texto. Isto porque ele demonstrou de forma arguta o peso do racismo existente naquela sociedade, tanto referente à dimensão da raça como na dimensão da classe. Além disso, demonstrou a dificuldade de consolidação da democracia no Brasil devido a complexa e hierárquica sociedade de classes que aqui se constituiu.

Considerações finais

As pesquisas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni sobre as relações raciais no sul do Brasil trouxeram, como vimos, grandes contribuições para a compreensão do racismo existente no Brasil, bem como dos grandes impasses para a instituição de uma ordem efetivamente democrática. A partir de suas pesquisas foi demonstrado como tivemos um padrão de relações raciais válido para boa parte do Brasil, uma vez que a pretensa excepcionalidade das sociedades do sul mostrou-se um verdadeiro mito.

A análise sobre as relações raciais feitas pelos autores demonstrou como havia uma conexão entre raça e classe na compreensão do racismo levado a cabo no sul do Brasil durante os anos 1950. Naquele momento a sociedade brasileira vivia um importante processo de mudança em termos da urbanização, industrialização e modernização. Isto fazia com que a análise da integração do negro foi muito importante, pois este teve o pior ponto de partida na sociedade de classes. Conseguimos visualizar como a dimensão moral possuiu um patamar de centralidade, uma vez que fora responsável por constituir uma série de avaliações sobre os negros e suas pretensas (in)capacidades. Essas avaliações se davam, sobretudo, a partir do protagonismo dos sujeitos pertencentes à classe média. Parece-me que o compartilhamento de sua



hierarquia valorativa e intersubjetiva mostrava-se um elemento decisivo para hierarquizar as sociedades estudadas pelos autores. Tal fato pôde ser visto de forma mais cuidadosa ao analisarmos o caso dos poloneses, que apesar de serem brancos eram rejeitados da mesma forma que os negros. Se a dimensão da classe podia ser explicada pela hierarquia valorativa e intersubjetiva, a questão da raça se explicava pela dimensão estética, que colocava no branco o padrão valorativo de beleza considerado legítimo.

Rocha (2009) também analisa o peso da dimensão estética do racismo. Para o autor o racismo dá-se por uma preterição estética, a qual se constitui enquanto uma *doxa*. Esta ação da *doxa* estética possui um peso paralisante sobre o movimento negro no espaço social (Rocha, *idem*). Neste sentido, a *doxa* estética faz com que o racismo funcione como uma fonte substitutiva de autoconfiança (Rocha, 2009:378). Ao relacionar raça e classe Rocha (*idem*) afirma:

Em outras palavras, se a pessoa não tem outras bases sólidas sobre as quais sustentar autoconfiança, autoestima e autorrespeito, a depreciação estética surte efeitos mais radicais sobre a sua autorrelação prática tomada com um todo (p.375).

A partir das análises dos autores acreditamos que a forma de integração da sociedade de classes no sul do Brasil levou a constituição de um contingente importante de pessoas que carecem de autoestima, autoconfiança e autorrespeito como descrito acima por Rocha⁴. Desta forma, essas pessoas não conseguiram constituir uma identidade sadia para uma participação autônoma no espaço público, sobretudo em sua relação com os indivíduos de classe média. Assim, o racismo possuía um peso brutal sobre os negros radicados nas classes populares que se constituíram como a maioria. Mesmo demonstrando o peso da dimensão da classe, o conceito de *doxa* estética trabalhada por Rocha demonstrar o peso fundamental que “cor da pele” possui para a compreensão do racismo no Brasil⁵ independente da classe social.

Além da contribuição crucial para a compreensão do racismo, as pesquisas de Cardoso e Ianni nos fornecem um caminho frutífero para compreendermos a

⁴ Emerson Rocha chama este contingente humano de *ralé estrutural*, conceito proposto por Jessé Souza (2003) para compreensão da desigualdade brasileira. Para uma análise sobre a questão da *ralé estrutural* ver Souza (2003).

⁵ A demarcação deste ponto é fundamental para demonstrar a interdependência entre raça e classe para pensar o racismo brasileiro. Ainda constitui um contraponto à interpretação de Jessé Souza (2005), que em sua busca pela hierarquia das causas de desigualdade brasileira tende a ver a classe como o elemento representativo do racismo brasileiro.



complexidade do dilema democrático brasileiro contemporâneo, sobretudo no que se refere ao profundo conservadorismo de nossa sociedade de classes. Partindo desta perspectiva que enfoca as relações entre as classes sociais temos a possibilidade de fugirmos de uma explicação que possui patamar de centralidade hoje academia brasileira e no âmbito do senso comum. Esta explicação é aquela que afirma que os dilemas democráticos brasileiros como as questões da cidadania e da desigualdade estão circunscritos à dimensão institucional, ou seja, à condução do Estado por nossas elites políticas. Com este tipo de explicação reproduzimos uma concepção conservadora que acaba por encobrir, reproduzir e naturalizar uma estrutura social bastante complexa e hierárquica que analisei no decorrer deste texto. Por isso, a releitura das pesquisas de juventude de Cardoso e Ianni nos parece um bom caminho alternativo a esse tipo de interpretação no sentido da constituição de uma visão efetivamente crítica de nossa sociedade e de seus dilemas mais importantes.

Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger (2008) Manifestações do preconceito de cor. In__BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan(2008). Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo, Global,. 4ª edição.

BASTOS, Elide R. Octávio Ianni: a questão racial e a questão nacional.

In__FALEIROS, Maria & CRESPO, Regina(orgs) Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo, Ed. UNESP, 1996.

CARDOSO, F. Henrique. O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional. São Paulo, Anhembi, n.51, setembro, p.16-21, 1958

_____ Os Brancos e a ascensão social dos negros em Porto Alegre. São Paulo, Anhembi, n.117, agosto de, p.583-596, 1960.

_____ Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Florianópolis, Ed Insular, 2000.

_____ Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

- _____ Uma pesquisa impactante. In__ BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo, Global, 2008. 4ª edição.
- CARDOSO, FH.&IANNI, Octávio. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960
- HONNETH, Axel Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Ed. 34, 2ª edição, 2009.
- IANNI, Octávio As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro, 1962.
- _____ Raças e classes sócias no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense,2004, 3ª Ed. 3ª reimpressão.
- MAIO, Marcos Chor A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro, tese (doutorado em Ciência Política), IUPERJ, 1997
- _____ O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. São Paulo, RBCS, n.41,p.141-158, 1999
- ROCHA, Emerson. Cor e dor moral In_ SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2009
- RODRIGUES, Leôncio Martins Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação. In__ BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lílian(orgs) Um enigma chamado Brasil:29 intérpretes e um país. São Paulo, Companhia das letras, 2009
- SCHWARZ, Roberto Um seminário de Marx. São Paulo, Novos Estudos, n.50, p.99-114, 1998
- SOUZA, Jessé A construção social da subcidadania:para sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003
- _____ Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. São Paulo, Lua Nova, n.65, maio-junho, p.43-69, 2005